

Obrigações da Administração Pública no Estado Constitucional de Direito

Obligations of Public Administration in State Constitutional Law

Carlos Arruda Flores**

*Universidade do Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, SC, Brasil

**E-mail: carlosarrudaflores@hotmail.com

Resumo

O presente artigo visa investigar em que medida a aplicação de parâmetros como a alteridade e razão sensível, condizentes com o Estado Constitucional de Direito, devem influenciar na atuação administrativa. O Estado Constitucional de Direito impõe mudanças comportamentais e paradigmáticas ao Estado, o que até então era tido como direito dos cidadãos passa a ser considerado obrigação estatal. A própria democracia precisa ser ajustada visando a não interferir em direitos fundamentais que representam esferas intangíveis dos cidadãos. As garantias constitucionais passam a ter força cogente deixando de ter um papel de simples estabelecimento de limites. A discricionariedade administrativa até então ampla, limitada tão somente pela legalidade estrita passa a ser vinculada constitucionalmente, o direito deixa de ser visto como um simples conjunto de normas aplicáveis por subsunção. Partiu-se da premissa de que os valores insculpidos na Constituição Federal deixam de ser meras abstrações teóricas sem qualquer vinculação prática e passam a constituir verdadeiras obrigações para a Administração Pública frente aos cidadãos. Chegou-se a conclusão de que a norma fundamental incorpora outro matiz e passa a exigir soluções administrativas condizentes com os princípios por ela incorporados. A vigência normativa torna-se insuficiente, a aplicação normativa passa a requerer também um juízo de validade. Os atos administrativos e as regras formais necessitam passar pelo crivo de razões sensíveis que permeiam a pós-modernidade.

Palavras-chave: Obrigações. Administração Pública. Estado Constitucional de Direito. Alteridade. Razão Sensível.

Abstract

This article aims to investigate to what extent the application of parameters such as otherness and sensitive reason, consistent with State Constitutional Law, should influence the administrative action. State Constitutional Law imposes behavioral and paradigmatic changes to the State, what until then was considered as citizens' right shall be considered as state obligation. Democracy itself needs to be adjusted in order not to interfere in fundamental rights that represent intangible spheres of citizens. The constitutional guarantees become cogent force that no longer has the role of simply setting limits. The hitherto broad administrative discretion, limited only by the strict legality, starts to be constitutionally attached, the right ceases to be seen as a simple set of rules applied for subsumption. We started from the premise that the values of the Federal Constitution cease to be mere theoretical abstractions without any practical linking and start to constitute true obligations for Public Administration towards citizens. We concluded that the fundamental rule incorporates another hue and now requires administrative solutions consistent with the principles it embodies. The normative force becomes insufficient, the normative application shall also require judgment of validity. Administrative acts and formal rules must pass the scrutiny of sensitive reasons that permeate postmodernity.

Keywords: Obligations. Public Administration. State Constitutional Law Otherness. Sensitive Reason.

1 Introdução

O presente artigo procura trazer, sem pretensões conclusivas, algumas considerações sobre as obrigações que o Estado Constitucional de Direito impõe à Administração Pública. A aplicação de uma política jurídica diferenciada na qual se observa a prevalência de normas mestras, denominadas simplesmente de princípios, irradia suas luzes sobre todo o ordenamento jurídico e obviamente vincula a atuação administrativa.

A abordagem pós-moderna demonstra a inviabilidade de mantermos verdades universais sobre fenômenos sociais, remete a um olhar diferenciado sobre o que se analisa, cuja abordagem holística e abrangente, de certa forma, nega a visão positivista que ainda predomina no âmbito do Direito Administrativo.

Uma política jurídica norteadada pela efetiva observância de

garantias aos cidadãos traz consigo uma série de mudanças paradigmáticas, o interesse coletivo não deixa de prevalecer, mas cede parte de um espaço até então quase absoluto para direitos individuais.

Observar-se-á uma desmistificação da ideia corrente de intangibilidade dos direitos coletivos, justificada muitas vezes pelo raciocínio simplista daquilo que se entende por vontade democrática. Ainda que os meios sejam considerados legítimos ou aceitos a democracia não pode ser considerada como a mera vontade da maioria, pois existe uma esfera de indisponibilidade ou intangibilidade que não se presta à concessões exatamente porque qualquer deliberação fere algo essencial.

Essa esfera intransponível de essencialidade não se limita a um rol taxativo de direitos e garantias fundamentais, mas a tudo aquilo que seja essencialmente humano. A pós-

modernidade desloca o foco do direito administrativo para o cidadão, desse modo a atuação administrativa não pode olvidar os direitos fundamentais de um ou mais cidadãos que constituem uma minoria sob a justificativa de promover o bem estar da maioria. A democracia pós-moderna não se contenta com a vontade da maioria, é preciso respeitar os direitos e as vontades da minoria e estar atento a quais decisões podem ser relegadas à deliberação da maioria.

Todos esses fatores conjugados forçam a Administração Pública a modificar seus atos e fundamentos de atuação, passando a exigir o atendimento de políticas jurídicas humanamente coerentes, funcionais e eficazes.

Posicionamentos retrógrados segundo os quais a norma deve ser obedecida apenas pelo fato de ser norma, ou seja, simplesmente por ter atendido a todos os requisitos de criação representam uma cegueira interpretativa que permite absurdos e convenientemente justifica atos arbitrários movidos por razões não nobres.

A validade de uma norma advém exatamente da sintonia entre ela e o restante do ordenamento jurídico no qual está inserida. Uma norma que de modo concreto contraria os próprios fundamentos do Estado Constitucional que lhe fundamenta não deve ser aplicada.

Dentro desse prisma de pós-modernidade a atuação administrativa não pode mais se sustentar pela prevalência da equação autoridade/obediência ou por razões aparentemente desmotivadas, mas que culminam em finalidades obscuras incompatíveis com a efetivação da justiça.

O positivismo absoluto aos poucos cede espaço para a razão sensível, para valores morais que buscam atribuir ao direito uma significação valorativa que não permita a ocorrência de aberrações legais.

As principais categorias que serão tratadas neste artigo são Estado Constitucional de Direito, para o qual se adota no presente estudo o entendimento de Francesco Palazzo (1998):

Estado constitucional de derecho expresa actualmente algo más. De una garantía, fundamental pero aún “formal”, como es la que ofrece el Estado de Derecho, se llega en las modernas constituciones de origen liberal-democrático a una garantía de tipo “material” o “de contenido”. Quiero decir con ello que, no solamente el predominio del derecho, sino también el conocimiento absoluto e incondicional, erga omnes, de la regula iuris predeterminada, vienen asegurados contra los intentos de alteración incluso por parte del mismo legislador (éste es el primer significado de la legalidad constitucional); sin embargo, las modernas constituciones expresan también una selección de valores fundamentales que se imponen al legislador estatal y, más en general, al poder público como criterios ‘materiales’ de legitimidad de su acción.

Para a categoria Razão Sensível, há um conjunto de ações e percepções que negam a violência, a intolerância e qualquer forma de autoritarismo, é uma ferramenta limitadora da dominação e propositora do consenso racional e sensível às contradições e à dinamicidade do interesse público. A razão sensível é a percepção do plural do cotidiano humano através do exercício da alteridade.

A categoria principiologia, para o presente estudo, representa o conjunto de normas mestras, explícitas ou implícitas, que orienta o ordenamento jurídico por meio da inserção de diretrizes valorativas.

2 Desenvolvimento

2.1 Atuação administrativa

A Administração Pública no Estado Constitucional de Direito deve ir muito além de buscar satisfazer os interesses da coletividade. É preciso que sua atuação contemple a multiplicidade de necessidades sociais existentes e para isso faz-se necessário buscar o consenso social por meio da razão sensível.

Para a consecução do interesse público coletivo existem vários instrumentos à disposição dos agentes públicos como: atividades de fomento, exercício do poder de polícia, regulação administrativa, prestação direta ou indireta de serviços públicos, investimentos em pessoas e objetos.

O papel da Administração Pública por meio de seus agentes é desenvolver a percepção da coletividade pela qual são responsáveis e promover instrumentos que captem fielmente essas percepções. As audiências públicas e os planos participativos não devem ser os únicos canais de recepção dos anseios sociais, numa era pós-moderna é preciso que também sejam recebidas informações mais ágeis e menos formais.

Pelo fato da atuação administrativa estar estritamente vinculada ao que prevê a Lei, há um conjunto fático de informações e motivações que precisa ser interpretado por não ser passível de mero enquadramento por subsunção legal. Desse raciocínio é possível depreender que o papel do aplicador do direito é tão relevante quanto o próprio direito, pois a má-interpretação pode causar mais malefícios do que a própria inexistência da norma.

O Estado de Direito Constitucional tem a pretensão de humanizar o direito, de torná-lo racional, o que não se deve confundir com uma racionalidade formal, lógica ou legal, mas sim uma razão sensível ao contexto social que contém uma pluralidade de fenômenos e manifestações sociais.

Ao deixar de pensar sob o plano legalista (formalista), a Administração Pública passa a operar com níveis normativos supralegais, não para subverter as normas postas, mas para atribuir-lhes correção e significado moral. Segundo Ferrajoli, o modelo positivista de Kelsen confunde vigência com a validade da lei, assim como o faz com a democracia formal e a substancial, não é ensinada a verdadeira função do juiz no Estado Constitucional de Direito, pois não lhe desperta o senso crítico nem motiva a examinar as questões com a profundidade necessária.

Na medida em que há uma cidadania mais educada e consciente sobre as decisões públicas tornam-se necessários atos correspondentes por parte dos entes estatais. Ainda que a Administração Pública sofra de certa letargia a dinâmica social acaba impondo e cobrando medidas as quais demandam constante aperfeiçoamento e aplicação de valores que correspondem aos anseios coletivos.

Porém, o direito não está adstrito a essa opinião coletiva, Pérez Luño muito bem leciona que:

Existe un acuerdo básico entre positivistas y iusnaturalistas em que el derecho no es un conjunto de Buenos consejos o un sistema de meros avisos o de directiva de conducta cuyo cumplimiento se deja al arbitrio de los destinatarios. Lo peculiar de las normas jurídicas es imponer unas determinadas conductas y contribuir a crear unas determinadas expectativas de actuación en la vida social. En otros términos, lo que caracteriza a las normas jurídicas respecto a otros tipos de normatividad social (reglas Morales, usos sociales...) es su <<impositividad inexorable>>, es decir, no supeditar o condicionar su cumplimiento a la opinión de los obligados (LUÑO, 2011, p.161).

Com a presença desses novos cidadãos: mais exigentes e com valores diferentes não é mais aceite que a legitimação das decisões administrativas ocorra apenas com base nas imposições hierárquicas. Nesse sentido Luño (2011, p.161) observa que:

En el desenvolvimiento de las tesis iuspositivistas se ha producido incluso una progresiva identificación entre el derecho y la fuerza. [...] otra larga tradición iconográfica vincula al derecho con las diosas benignas de la paz, la rectitud y la justicia y lo representan bajo los atributos de la belleza, el equilibrio y la moderación. Desde estar perspectivas el derecho no solo no será el correlato de la fuerza, sino que implicará su más radical adversario.

Desse modo, a atuação administrativa deixa de se justificar pela mera obediência à autoridade estatal e passa a ser imprescindível a existência de justificativas razoáveis.

2.2 Estado constitucional de direito

O modelo positivista clássico confunde a validade da lei com a vigência do direito, a democracia substancial com a formal, afastando o magistrado da sua verdadeira atribuição frente ao Estado Constitucional de Direito. As leis possuem um espírito norteador, uma finalidade maior a qual precisam fazer parte para serem aplicadas, nesse sentido é imprescindível a existência de uma visão crítica por parte do magistrado, para que a lide não seja simplesmente solucionada, mas para que isso ocorra de forma justa e sensata.

O Direito possui várias fontes, ao ignorar qualquer delas o administrador público ou qualquer aplicador do direito deixará de utilizar ferramentas importantíssimas, pois é o conjunto de normas e não a aplicação unívoca que confere estabilidade e justiça ao sistema jurídico.

O Poder Judiciário e a própria Administração Pública desempenham no Estado Constitucional de Direito uma função pedagógica de extrema relevância. Na medida em que afastam momentaneamente a aplicação de normas que em determinados contextos provocariam situações não harmoniosas e inaceitáveis moralmente enviam um recado à sociedade para que desse modo passem a pautar seus atos e suas vidas.

O Estado Constitucional de Direito apresenta alto nível de garantismo, ou seja, o sistema normativo deve atender aos princípios constitucionais, mas não basta que teoricamente o sistema atenda a esses princípios, é preciso que haja implementação e prevalência dessas normas mestras no plano concreto.

Esse Estado Constitucional prima pela ética nos sistemas

político e jurídico do país, e o faz formal e materialmente. É possível dizer que o sistema jurídico estará focado, sobretudo, no dever ser e não somente no ser.

Cabe citar Atienza (2012, p.324) que prescreve:

La injusticia de nuestro mundo es, em muy buena medida, una injusticia jurídica, legal; um resultado de respetar el Derecho, no de infringirlo. La división entre lo lícito y lo ilícito desde el punto de vista jurídico no coincide ni mucho menos con la licitud y la ilicitud moral.

Ao abordar a questão de como devem ser as formulações constitucionais Luño (2011, p.141) identifica com maestria a problemática existente:

Porque, si se atiende precipitada e indiscriminadamente a todas las demandas éticas que hoy pugnam por inscribirse en las normas constitucionales se corre el riesgo de olvidar que estas normas son y deben seguir siendo 'Constituciones de juristas y no de sacerdotes' (Denninger, 1994, 70), y, em suma pueden hacer peligrar las garantías de la seguridad jurídica que son irrenunciables en un Estado de derecho (Pérez Luño, 1994, 61 ss.). Si, por el contrario, se rechazan estas tendencias moralizadoras del derecho y de la política se estarán desatendiendo algunas de las demandas más urgentes de las sociedades actuales.

É um estado onde impera a legalidade e o respeito às autoridades legitimamente constituídas, mas não se conforma com a mera vigência das normas. Desse modo, os operadores do direito, sobretudo os magistrados, ao incorporarem a ideologia que nutre o Estado Constitucional de Direito, deixam de aplicar o direito por meio de mera subsunção e passam a aferir a validade normativa dentro dos respectivos contextos fáticos.

2.3 Razão sensível

A racionalidade está intrinsecamente relacionada ao humano, ou pelo menos deveria estar, pois é ela que diferencia os homens dos outros animais. A racionalidade esteve sempre em destaque no Estado Moderno, assim como o individualismo, a legalidade estrita e a estatalidade.

É interessante colacionar a seguinte constatação de Habermas (1997, p.200-201):

As qualidades formais do direito, pesquisadas por Weber, sob condições sociais especiais, só poderiam ter garantido legitimidade a legalidade na medida em que se tivessem comprovado como 'racionalis' num sentido prático-moral. Weber não reconheceu esse núcleo moral do direito formal enquanto tal, porque entendeu sempre as idéias morais como orientações valorativas subjetivas, e os valores eram tidos como conteúdos não racionalizáveis, inconciliáveis com o caráter formal do direito.

Buscar e aplicar a razão não é de todo mal e possibilitou a condução do Estado de Direito a um grau de entendimento e compreensão que permitem uma evolução gradual e segura ao Estado Constitucional de Direito. Este busca a aplicação de uma razão diferenciada, sensível às garantias mínimas inerentes à própria condição humana. Portanto, o Estado Constitucional de Direito não rompe completamente com o seu antecessor, pelo contrário, utiliza-se dele em vários pontos para fundamentar e legitimar seus propósitos. Como afirma

Alexy “a dogmática jurídica é uma disciplina pluridimensional” (ALEXY, 2011, p.247).

As deficiências da racionalidade e as crescentes aspirações humanas desencadearam a necessidade de ideologias pautadas em conceitos mais amplos, abstratos e condizentes com elevados níveis de humanidade ou sensibilidade. Cumpre citar o que menciona Atienza (2012, p.325):

Como fenómeno individual, la vida se nos aparece como un proceso abierto, como una empresa a la que se logra o no dar un sentido dependiendo de circunstancias de tipo objetivo y subjetivo, de lo que nos viene dado y de lo que nosotros construimos.

Exsurge nesse contexto uma nomenclatura diferenciada, cuja autoria é atribuída a Michel Maffesoli que a denominou simplesmente de “razão sensível”. Neste artigo admite-se como essencial aquilo que é fundamental ao ser humano e aos valores morais socialmente consagrados. A sociologia passa a desempenhar um papel relevante a partir do momento em que é feita uma análise sociológica para a compreensão das dimensões humanas e imaginárias até então subjugadas pelo racionalismo ocidental.

Interessante trazer a visão exposta por Alexy (2011a, p.300) sobre razões morais:

Quem se pergunta, com base em uma ética universalista, o que é correto, situa-se segundo Tugendhat, na perspectiva moral de que toda pessoa deve ser considerada como um ser autônomo. Esta perspectiva moral leva à consequência de que só são fundamentais as normas aprovadas pelos afetados. O juízo monológico deve por isso, por razões morais, utilizar o consenso dos afetados como critério de correção. É, portanto, de importância decisiva que este consenso não seja cognitivo, mas volitivo.

Desse modo, concordando com o trecho de Alexy, é possível aferir que sensibilidade é não apenas a percepção do outro, do afetado, mas o respeito à sua vontade. Isso põe em dúvida o próprio sistema democrático que estabelece de forma absoluta regras escolhidas pela maioria e não pelo consenso.

A logicidade e a racionalidade estabeleceram regras e padrões em todos os campos, os quais obviamente não comportaram a multiplicidade humana e a diversidade cultural e social dos cidadãos. Em vez de romper com a racionalidade surge uma espécie de aprimoramento da razão, por meio de conceitos abertos, compreensivos e que se desvinculam da estereotipagem.

A razão sensível valoriza o aspecto humano, identifica e considera todas as suas nuances num gesto de aproximação com a realidade social. Citando diretamente Maffesoli (1998, p.27-28) é possível perceber algumas nuances dessa sensibilidade racional.

[...] nos melhores momentos da história do pensamento, permitiu que se encontrasse um equilíbrio entre o intelecto e o afeto. Esse equilíbrio se encontra, e é vivido enquanto tal, no senso comum, que foi tão estigmatizado durante toda a modernidade; está igualmente presente no pensamento orgânico das sociedades tradicionais; por fim, é um elemento incontornável da socialidade pós-moderna. Em particular das jovens gerações que, empiricamente, vivem uma inegável sinergia entre a razão e os sentidos. Por conseguinte, aquele que deseja dar conta da

sensibilidade social que emerge em nossos dias estaria bem inspirado se integrasse uma tal globalidade em sua análise.

O Direito enquanto ferramenta da justiça e do bem comum não pode se desvencilhar da razão sensível, da valoração moral e dos conceitos abstratos de justiça que estão para o direito, assim como a regra está para as ciências exatas. A interpretação das ações humanas não pode ser vista apenas pelo prisma da logicidade, da racionalidade estrita, pois é permeada de circunstâncias, valores sociais e outras minúcias que se não alteram ao menos influenciam o contexto jurídico dos fatos.

2.4 Obrigações da administração pública no estado constitucional de direito

No âmbito do Direito Administrativo tem-se que os servidores de qualquer um dos poderes republicanos não podem cometer qualquer tipo de abuso ou arbitrariedade. A transformação de prerrogativas funcionais em privilégios constitui uma das piores deformações do poder. A prevalência de interesses privados faz com que a administração pública se desvirtue das suas finalidades e perca a própria legitimidade que a confere o poder de ação.

Ao menor sinal de violação às diretrizes constitucionais ou às regras republicanas, o Poder Judiciário deve ser instado a agir, essa ação não deverá jamais ser considerada como ofensiva ao princípio da interdependência dos poderes. Os valores que permeiam o Estado Constitucional de Direito, bem como o próprio Estado Constitucional de Direito só são capazes de persistir em democracias verdadeiras, com instituições fortes, atuantes e blindadas contra influência política.

O exercício do poder pela Administração Pública, esta considerada como qualquer um dos três poderes, uma vez que todos eles exercem funções administrativas em maior ou menor grau, deve ser pautado no respeito ao cidadão, na observância de suas garantias constitucionais mínimas que representam obrigações a serem satisfeitas pela Administração.

No Estado Constitucional de Direito, os entes estatais possuem maior responsabilidade e devem ter o papel de protagonistas sociais. Os princípios éticos sociais representam direitos fundamentais dos cidadãos, a redução da burocracia, a eficiência administrativa e, sobretudo a correção dos atos administrativos constituem um rol de ações imprescindíveis ao Estado Constitucional de Direito.

A reforma do aparelho estatal, o treinamento dos servidores, a implementação da cultura da moral e do justo por meio de um acoplamento ao formalismo legalista passam a constituir necessidades imperiosas dos cidadãos.

Enquanto a própria Administração Pública não se desvencilhar dos resquícios legalistas/formalistas, das amarras e da cegueira jurídica que esse sistema impõe será imprescindível um maior controle judicial dos atos administrativos de execução. Um controle firme, efetivo, adentrando profundamente até mesmo nos atos discricionários,

para que sempre sob a égide constitucional sejam observados os valores e as finalidades que norteiam o ordenamento jurídico nacional.

Pérez Luño ensina que: “En determinadas contibuciones se ha recordado que el proyecto ilustrado de la modernidad que desemboca en el Estado de derecho tiene como soporte el paradigma racional de la conexión entre derecho, moral y política” (LUÑO, 2011, p.141). E arremata citando Peces-Barba (1993, p.45):

‘De ahí que’ la pérdida de los valores morales que son la *ultima ratio* de este modelo y su sustitución por ese ‘realismo’ del éxito inmediato que afecta a pilares tan básicos, conduce a la arrogancia, y a unos ideales economicistas, egoístas y aislacionistas, que sólo fomentan la emulación y el bienestar, y que pueden convertirnos en un simple lugar para el consumo.

A proposta trazida pelo Estado Constitucional de Direito não é de rompimento com a legalidade estrita, mas de um acoplamento estrutural entre esta e a legalidade material ou efetiva, representada numa visão global e sistemática pela aplicação complexa de normas vigentes no respectivo ordenamento jurídico.

Ao abordar a ideia de sistema dinâmico e as fontes do direito, Pérez Luño (2011, p.203) traz o seguinte ensinamento:

Las normas jurídicas no están aisladas, sino que, como ‘totalidad ordenada’ constituyen un sistema. Desconocer el carácter sistemático del derecho es un error en el que se incurre cuando se desarrolla un análisis teórico sólo dirigido al estudio de las normas jurídicas y de los conceptos jurídicos en sí mismos, prescindiendo de la idea global del ordenamiento jurídico como sistema.

Cabe citar ainda Luño (2011, p.141) quando este adverte para o perigo da moralização a qualquer preço do direito ao afirmar que: “El derecho de una sociedad pluralista no puede servir de instrumento para someter a una determinada concepción moral todas las restantes”.

O direito administrativo precisa atravessar uma mudança paradigmática na qual deixará a visão retrógrada de absoluta prevalência do interesse público, para um viés em que o interesse público ainda prepondera, mas com limitações. Esses limites asseguram a preservação de uma esfera mínima de garantias que alguns chamam de fundamentais, mas que prefiro denominar de intangíveis. Essa mudança está atrelada à própria noção de democracia, que pode até ser o interesse da maioria desde que sejam respeitados os direitos da minoria.

É preciso ainda tomar cuidado, pois princípios e valores constitucionais que representam direitos dos cidadãos e obrigações Administrativas não podem ser utilizados de forma arbitrária, pois assim deixariam de constituir garantias e passariam a configurar privilégios ou abusos de poder.

Assim, tem-se que a Administração Pública no Estado Constitucional de Direito não está apenas sujeita às leis, mas ao direito enquanto ordenamento jurídico. Por meio de uma razão sensível é possível que os servidores públicos executem atos corretos, justos e que promovam as finalidades do Estado insculpidas na Carta Magna.

Robert Alexy (ALEXY, 2011b, p.263-264) fala em “*status* positivo” ao citar Jellinek que afirma que *status* positivo existe quando o Estado

reconhece a capacidade jurídica para recorrer ao aparato estatal e utilizar as instituições estatais, ou seja, quando garante ao indivíduo pretensões positivas.

Nesse sentido cumpre observar que esse *status* positivo nada mais é do que o reconhecimento de direitos dos administrados e obviamente obrigações da Administração Pública enquanto órgão de execução do próprio Estado.

Numa era de globalização onde os fatos são cada vez mais complexos e diversos, as conjunturas e os contextos sociais sofrem constantes mutações de difícil aferição, sendo preciso que o operador do direito acompanhe essas mudanças por meio de figuras como a complementaridade jurídica, observando a multiplicidade social e os anseios coletivos.

O Direito não deve ceder à pressões sociais casuísticas ou midiáticas, mas deve ter a sensibilidade necessária para extrair de sua própria Carta Constitucional valores sociais verdadeiros, senão apolíticos ao menos aparentemente despolitizados, valores condizentes com o desenvolvimento dos povos, o respeito à vida, aos direitos humanos e à promoção da paz entre os povos.

Manuel Atienza responde a um questionamento sobre a seguinte problemática: existe realmente um conflito entre as razões formalista, as de correção e as finalistas? Em que casos? E, se existe, como devem ser resolvidas? Qual a concepção de fundo adequada no contexto do Estado Constitucional?

Em síntese Atienza (2011a, p.235) afirma que: “La distinción entre las reglas y los principios (los dos tipos de enunciados del sistema que pueden funcionar como razones operativas) [...]”. Ele diz que no primeiro nível estão as regras do sistema, que justificam as próprias decisões sem maiores esforços deliberativos. Ele reconhece que há situações em que é necessário passar a um segundo nível de justificação, pois as razões das regras não têm alcance suficiente ou não tem força para serem impostas em certos casos. Nesses casos será necessário que haja uma interpretação ponderativa entre princípios e regras contraditórios no caso concreto.

Atienza (2011a, p.241) percebe então que o problema é: “qué tipo de razones tienen un mayor peso em el contexto de la ponderación?” Ao responder a pergunta ele menciona:

En definitiva, en el funcionamiento de nuestros sistemas jurídicos no se puede partir de una jerarquización estricta de las razones: no es cierto que las razones de corrección prevalezcan siempre sobre las finalistas, y unas otras sobre las autoritativas. Sí que cabe hablar, sin embargo, de una jerarquía débil, derrotable: las razones de corrección gozan de prioridad prima facie, pero pueden ser derrotadas por razones de fin (por objetivos sociales) en ciertas circunstancias excepcionales, y unas y otras (las razones sustantivas) pueden ser derrotadas también por razones institucionales (ATIENZA, 2011a, p.241-242).

3 Conclusão

O direito sob o prisma do Estado Constitucional de Direito outorga grande importância aos princípios como elemento

finalístico das regras dentro de um sistema estruturado. As normas e os princípios não apenas sob uma óptica de logicidade, mas sim por meio das funções que ambos desempenham nos contextos argumentativo e operativo.

O direito é uma realidade dinâmica, cujos enunciados são os mais variados, assim como a própria dinâmica social que é composta por ações, valores, práticas, procedimentos comportamentais. Nesse contexto, a interpretação é um processo operacional em que devem ser utilizadas ferramentas adequadas para cada tipo de problema.

Dentro desse contexto de Estado Constitucional importa observar que a Administração Pública precisa incorporar o paradigma constitucionalista, cujas premissas são: verificar não só a vigência, mas a validade das normas relacionadas ao problema, perceber que os servidores que representam o Estado não podem mais atuar em termos estritamente legalistas, não é cabível a mera subsunção legal. As leis não só podem como devem ser interpretadas de acordo com princípios constitucionais. Deve haver uma integração entre moral, direito e política.

Transcrevendo as palavras de Manuel Atienza (2011b p.235): “Lo que da sentido al Derecho – y a ocuparse profesionalmente Del Derecho – no puede ser otra cosa que la aspiración a la justicia o, para decirlo en términos más modestos y más realistas: la lucha contra la injusticia”.

A Administração precisa se curvar diante da razão, não uma razão comum operada pela lógica, mas por uma razão sensível, pois o poder se submete à razão e não o contrário. Por derradeiro é preciso perceber que o direito não almeja apenas objetivos sociais, ao incorporar valores morais que não estão relacionados tão somente a uma moral social, mas a uma moral racionalmente fundamentada e legitimada observa-se o prenúncio de uma nova era.

O administrador só deve intervir nas relações sociais quando for estritamente necessário, e quando o fizer deve emanar atos corretos e adequados, pois os cidadãos possuem o direito de serem afetados na forma mais adequada ou menos prejudicial possível. Considerando que a função primordial do Estado é promover a paz social e o bem estar de seus cidadãos,

nada justifica as intervenções abruptas ou desarrazoadas que impliquem restrições ou obriguem os cidadãos a fazerem algo excessivo dentro de certa conjuntura fática.

Conclui-se no sentido de que deve ser adotada a teoria absoluta citada na obra de Robert Alexy, segundo a qual “cada direito fundamental tem um núcleo, no qual não é possível intervir em hipótese alguma” (ALEXY, 2011b, p.298).

Há esferas mínimas ou direitos fundamentais do cidadão que não podem ser relegados, negociados ou omitidos pela Administração Pública enquanto Estado. É preciso saber que há núcleo mínimo de intangibilidade e de respeito à própria condição humana. Esse mínimo não é apenas um direito do cidadão, mas uma obrigação da Administração Pública face aos administrados.

Nesse contexto, a Administração Pública precisa deixar de ser percebida como sujeito de direitos, numa óptica em que o interesse público é praticamente absoluto, passando a ser vista como sujeito de obrigações perante a uma sociedade que em *ultima ratio* a torna legítima e permite sua própria existência.

Referências

- ALEXY, R. *Teoria da argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- ALEXY, R. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2011.
- ATIENZA, M. *El derecho como argumentación*. Barcelona: Planeta, 2012.
- ATIENZA, M. *El sentido del derecho*. Barcelona: Planeta, 2012.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- LUÑO, A.E.P. *Teoría del derecho*. 10.ed. Madrid: Tecnos, 2011.
- MAFFESOLI, M. *Elogio da razão sensível*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PALAZZO, F. Estado constitucional de derecho y derecho penal. *Revista Penal*, n.2, 1998. Disponível em: <http://www.uhu.es/revistapenal>. Acesso em: 15 jul. 2012.
- PASOLD, C.L. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 12.ed. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.